



**ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE PILAR**

RESOLUÇÃO Nº 003/2024, DE 29 DE AGOSTO DE 2024.

Ementa: Estima a Receita e fixa a Despesa da Câmara Municipal de Pilar/AL, para o exercício financeiro de 2025, e dá outras providências.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Pilar/AL, faz saber que o Plenário aprovou e o Presidente promulga a seguinte resolução:

Art. 1º Fica promulgado o Orçamento da Câmara Municipal de Pilar/AL, elaborado para o exercício financeiro de 2025, baseado no Demonstrativo analítico das Receitas do Poder Executivo estimadas para o exercício corrente, a qual perfaz uma Receita – Transferência de Duodécimo Orçamentário anual no valor de R\$ 11.227.631,20 (onze milhões, duzentos e vinte e sete mil, seiscentos e trinta e um reais e vinte centavos), e fixa a Despesa na mesma importância.

Art. 2º Após o encerramento do exercício financeiro de 2024, havendo divergência no quantitativo estimado no Art. 1º para com o efetivamente arrecadado, deve o Poder Executivo promover o ajuste da dotação orçamentária do Poder Legislativo, através de Lei de alteração à LOA correspondente ao exercício financeiro de 2025, conforme prevê a Constituição de 1988.

§1º Caso ocorra um aumento do repasse ao Poder Legislativo após o encerramento do Balanço Anual de 2024 dessa municipalidade, comparado com o valor estimado no Art. 1º desta Proposta Orçamentária, e o Poder Executivo não tenha realizado o ajuste da dotação orçamentária do Poder Legislativo na LOA/2025, fica assegurada a abertura de crédito suplementar para o Poder Legislativo dentro do exercício financeiro de 2025.

§2º Fica autorizada a abertura de créditos do tipo suplementar no âmbito da Câmara Municipal, no mesmo montante percentual autorizado na Lei Orçamentária para 2025, aplicando-se proporcionalmente ao valor estimado no Art. 1º, bem como deverá ser utilizado para cobertura desse crédito, o orçamento oriundo do Poder Executivo no montante que exceder.

§3º Será fixado para o cálculo do Duodécimo Orçamentário para 2025, o percentual de 7% (sete por cento) da arrecadação do município sobre o somatório das Receitas Tributárias e das Transferências Constitucionais, conforme preconizam o art. 29-A, inciso I, da Constituição Federal, concomitante ao previsto na Lei Orgânica Municipal, na Lei de

